

Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade: olhares e contextos

Food sovereignty, territorial development and sustainability: looks and contexts

Alfio Brandenburg¹
Islandia Bezerra²
Rubia Carla Formighieri Giordani³

Comer é uma necessidade imprescindível para a reprodução biológica da vida, uma atividade que se refaz continuamente ao longo do ciclo da vida humana. Contudo, o fenômeno da alimentação, além de ser um fato biológico, em sua multidimensionalidade envolve a relação entre a pessoa e o alimento formada a partir de um sistema complexo que integra um conjunto de elementos de ordem socioeconômica, cultural e ecológica, influenciando-se mutuamente (GARINE, 1979; CONDOMINAS, 1980; POULAIN, 2013). Na nutrição, o social manifesta-se inquestionavelmente no corpo, na mente e no espírito. A boa alimentação produz (e reproduz) saúde, satisfação e alegria, constrói vínculos e conecta pessoas entre si e com a natureza, devendo ter como horizonte um mundo saudável e justo também para gerações futuras (MINTZ, 2001; AZEVEDO e PELICIONE, 2011). Poulain (2013) lembra que por detrás dos debates em torno da alimentação, são as questões da sociedade que estão em jogo, já que esta se constitui numa prática comum a todos os indivíduos e diz respeito à sociedade em seu conjunto. Já para Valente (2002, p. 103) “[...] o ato de alimentar-se, e de alimentar seus familiares e aos outros, é um dos que mais profundamente reflete a riqueza e a complexidade da vida humana na sociedade”.

De outro modo, a privação da comida gera opressão, corrói a dignidade humana e fere o direito à liberdade. O modo capitalista de produção e circulação do alimento mercantilizado e

¹ Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia/PGSOCIO e Doutorado em Meio Ambiente/PGMADE, da Universidade Federal do Paraná/UFPR. E-mail: alfiob@hotmail.com.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná/UFPR. Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição/PPGAN. E-mail: islandia@ufpr.br.

³ Professora Adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná/UFPR. Grupo de Pesquisa em Sociologia da Saúde UFPR-CNPq. E-mail: rubia@ufpr.br.

fetichizado delineou uma distorção naquilo que se compreende como comida de verdade; a indústria alimentícia homogeneizou o paladar, massificou o consumo (POULAIN, 2013; MACHADO, OLIVEIRA e MENDES, 2016) e "colonizou o gosto" (grifo nosso). Atualmente, tem-se um sistema alimentar que produz doenças. As relações sociais e organizacionais atuam mediante o processo de acumulação, produzem desigualdade em um modelo de desenvolvimento inviável social e ambientalmente. A estrutura dessa (re)produção e acumulação se sobrepôs ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à função social e cultural do alimento (BRASIL, 2006).

Bezerra e Schneider (2012) aprofundam tais análises quando citam que o atual modelo de produção de alimentos está associado a riscos importantes não só em termos de saúde e qualidade destes (tanto do ponto de vista nutricional, considerando os aspectos de redução de nutrientes, quanto sanitário, ao se relacionar, por exemplo, a contaminação por resíduos de agrotóxicos), mas também na dimensão social e cultural, principalmente no que se refere à pauperização do pequeno e médio agricultor e agricultora ou, ainda, na interferência na cultura alimentar, reduzindo, sobremaneira, o consumo de alimentos produzidos local e/ou regionalmente, descaracterizando o consumo típico-tradicional de um povo. Para os autores, esse modelo de produção e consumo de alimentos de ampla comercialização e produzidos em *larga escala* possui seu custo de produção reduzido e explora componentes meramente atrativos como a palatabilidade, estética⁴ e sanidade (asepsia), atribuindo a esses produtos, mediante a utilização de aditivos químicos, corantes e conservantes, sabores agradáveis, formas e aparências atraentes.

Nesse sentido, um pensamento crítico e independente se faz necessário quando o objetivo é construir alternativas de enfrentamento para esse modelo que há tempos sinaliza estar em crise (JANIN, 2008; BRUNEL, 2008; MACHADO, OLIVEIRA e MENDES, 2016). A face contemporânea do liberalismo econômico com a ampliação de territórios dominados pelo capital manifesta-se no modelo do agronegócio, que para seu pleno funcionamento não prescinde da dependência de um pacote “moderno” que inclui tecnologia mecânica, química, biológica e genética, subordinando ou excluindo formas do campesinato historicamente constituídas no

⁴ Estética – 1. Parte da Filosofia voltada para a reflexão a respeito da beleza sensível e do fenômeno artístico. 2. Harmonia das formas e/ou das cores. 3. Ramo ou atividade profissional que tem por fim corrigir ou minimizar problemas cutâneos. 4. Aparência física (plástica) (HOUAISS, 2009). Mas que aqui reporta especificamente e literalmente ao caráter estético e belo do alimento.

continente latino-americano e que não estão integradas a essa cadeia produtiva especializada, concentrada e hegemônica (DELGADO, 2001, 2005; PLOEG, 2008). É crescente a necessidade de se pensar e construir outros paradigmas de produção e consumo de alimentos e desenvolvimento de territórios apoiados e subsidiados por agrossistemas locais, uma nova racionalidade de usos da sociobiodiversidade, agregadora de saberes e práticas tradicionais, e de uma socioeconomia alimentar justa, ética e incluyente (PELICIONE, 2005; RADOMINKI e LEAL, 2008). Pareando essa constatação convém mencionar Ignacy Sachs (2001), que em seu texto “Brasil rural: da redescoberta à invenção”, traz uma reflexão importante ao referenciar o papel da agricultura familiar e camponesa quando se pensa nesse “mundo rural”:

[...] os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. [...] constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além de que [...] um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual. (SACHS, 2001, p. 78).

Ressalta-se ainda que essa agricultura familiar – especialmente no Brasil – caracteriza-se por uma complexa teia de diversidades, seja em produção – aqui se referencia, sobretudo, o acesso aos meios de produção –, seja pelas condições gerais de ingresso aos sistemas que contemplam bens e serviços, bem como a própria diversidade social a qual esse segmento representa.

É nesse contexto que a alimentação demarca o espaço nas decisões e no comportamento e, exatamente por isso, se constitui em um ato político (COFF, 2006). Liga-se a possibilidade de trilhar novos caminhos para o desenvolvimento humano e social pela crítica à racionalidade dominante na ciência e na economia de mercado, questionadora sobre os custos humanos e ambientais implicados no modelo de consumo e no modo de viver nas sociedades contemporâneas. Assim, o ciclo da vida humana se mescla, depende e se confunde com o ciclo social do alimento, tema agregador deste dossiê.

Pode-se dizer, assim, que o processo alimentar em si está subordinado ao campo político das ideias – mediante as pesquisas científicas e construções teóricas –, das ações e decisões, sejam estas em nível micro ou macro. Então, trazer uma concepção que norteie indagações e propostas de avanços carece de estar baseado em referências éticas e justas que dizem respeito à relação de

produção-consumo de alimentos, respeitando nesse contexto toda a diversidade dos modos locais de produção agropecuária e/ou de extrativismo, de comercialização e distribuição de alimentos e gestão dos territórios potencialmente produtivos, doravante denominado Soberania Alimentar (Sobal). Esse tema agregador refere-se justamente à possibilidade da autodeterminação das sociedades em relação ao seu modelo produtivo, considerando as próprias referências sociais e culturais e as necessidades internas da sociedade em questão quanto à produção, consumo e abastecimento de alimentos.

A Soberania Alimentar como princípio foi postulado originalmente pelo movimento internacional da Via Campesina no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Cuba em 2001, que estabeleceu como sendo o:

o direito de cada povo a definir suas próprias políticas agropecuárias e em matéria de alimentação, a proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e mercados domésticos a fim de alcançar metas de desenvolvimento com sustentabilidade, [...] defende a opção de formular aquelas políticas e práticas comerciais que melhor sirvam aos direitos da população a dispor de métodos e produtos alimentares inócuos, nutritivos e ecologicamente sustentáveis. (LVC, 2015).

Ao refletir sobre a Sobal e como incorporá-la ao cotidiano, Vivas (2014) cita que é o ato simples, porém complexo, do "poder decidir", no caso de quem produz – O que se plantar? Como plantar? E, de quem come (e aqui entra toda a sociedade), saber o que se está comendo. Na prática, ainda segundo a autora, é possível exercer a Sobal de várias maneiras como, por exemplo, participando de grupos (associações e/ou cooperativas) de produção e consumo agroecológicos, reivindicando nos espaços públicos e coletivos a construção e o plantio de hortas e pomares que sejam acessíveis às pessoas – em espaços rurais, urbanos e periurbanos –, cozinhas comunitárias (onde se possibilite produzir, consumir e comercializar alimentos saudáveis), dar preferência aos estabelecimentos que adquiram alimentos da produção local e/ou regional agroecológicos (partilhando da ideia de quilometragem zero). Bezerra (2016, p. 08) afirma ainda que, “de modo geral, toda e qualquer iniciativa que ponha em contato (que aproxime) quem produz de quem come é válida, para que as relações sociais (e comerciais) ali estabelecidas sejam pautadas na confiança e na solidariedade, fortalecendo assim o ‘tecido’ social em prol do acesso a uma comida saudável”.

É nesse cenário diverso, complexo e cheio de regionalidades, localidades e particularidades que este dossiê se apresenta. Não por acaso ele é temático: *Soberania alimentar, desenvolvimento*

territorial e sustentabilidade: olhares e contextos, já que representa um esforço de pesquisadoras e pesquisadores que atuam na área da Soberania Alimentar (Sobal) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em produzir reflexões analíticas e críticas sobre certos aspectos estruturais, funcionais e conjunturais que respondem pelas pressões políticas, econômicas e materiais que determinam modelos específicos de produção de alimentos e impõem condicionantes materiais restritivos às escolhas alimentares da população. Diante de desafios contínuos da situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, são tematizados ainda aspectos mobilizadores, movimentos locais de busca de autonomia em relação à alimentação em uma perspectiva ampliada do valor do alimento na vida humana.

O primeiro artigo trata-se de uma contribuição ímpar por parte de dois autores, Omar Felipe Giraldo e Peter Michael Rosset, ambos vinculados ao *El Colegio de la Frontera Sur (Ecosur)*, que se localiza no estado de Chiapas, no México. O texto intitulado *La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales* analisa de forma crítica e reflexiva como a agroecologia corre o risco de ser usurpada pelo modelo predatório ao qual se vincula o atual sistema de produção e consumo de alimentos. Para os autores, o risco está na ação legitimada do processo de cooptação por instituições internacionais que muito têm contribuído para a manutenção das iniquidades e perpetuação das estruturas de poder que se mantêm até os dias de hoje.

A convivência desse modelo gira em torno dos princípios de demanda e oferta (alimento se tem, quem pode comprar) e independe da concepção de alimento como um direito de todos. Assim, se reproduz e fortalece um sistema de concentração de terra (meio de produção) e de renda (acesso) que historicamente se perpetua em grande parte dos países em desenvolvimento, como o Brasil (e também, como no México). Certamente, o acesso a terra – para que esta possa cumprir sua "função social" de reprodução (da vida) – continua sendo o principal entrave quando se trata da soberania alimentar. Ainda sobre essa reflexão, Luque (2008) afirma que é imperativo reconhecer – e mais que isso, agir para transformar – o atual sistema de produção e consumo de alimentos. Para esse autor, o argumento da necessidade de aumentar a produtividade traz na sua essência a " [...] implacable lógica económica dónde los agentes económicos buscan incrementar su rentabilidad maximizando ingresos y minimizando costes, en el marco de un complejo entorno de políticas públicas, cambios tecnológicos y socioculturales, relaciones intranacionales y crecientemente internacionales entre productores, distribuidores y consumidores" (LUQUE, 2008, p. 137).

De forma contundente, os autores também exploram e analisam que – em um contexto mundial – a agroecologia também dispara processos de mobilização social por parte dos mais distintos coletivos, que por sua vez, lutam e reivindicam transformações no atual sistema agroalimentar. Assim, fazem referência à agroecologia como sendo chave no atributo político da soberania alimentar e reiteram o que a Via Campesina Internacional defende em sua última declaração: “poner en manos de los pueblos que alimentan el mundo, el control de las semillas, la biodiversidad, la tierra y los territorios, el agua, los saberes, la cultura y los bienes comunes” (LVC, 2015).

Já o artigo *Desenvolvimento territorial sustentável: o desafio contemporâneo de romper o globalitarismo existente pela busca de novas alternativas de consumo local*, de autoria de Luciana Galvão Martins, Renata de Fátima Tozetti e Márcia Regina Ferreira, aborda sobre a necessidade de entrelaçarem-se temas emergentes tais como o desenvolvimento territorial e a segurança alimentar e nutricional. Para tanto, se buscou analisar fontes de dados distintas, bem como autores de áreas diversas que pudessem auxiliar nos processos de análises. Em que pese a necessidade de aprofundar algumas colocações – as autoras reconhecem esse fato – o artigo auxilia os leitores e leitoras a pensar de uma forma complexa e holística sobre como o processo de globalização hegemônica traz o relevo da falsa condição de "bem-estar" explicada de forma restrita à condição do acesso a determinados bens (e alimentos), atribuindo quase que exclusivamente ao fator econômico. Avançam ao localizar a sociedade em uma condição de subalternidade frente às indústrias de alimentos e evidenciam que as práticas alimentares que imperam atualmente nada mais são que um ato mecanizado e desprovido de alguma conotação política. E esse seguramente poderia ser um dos argumentos da necessidade atual de se estabelecer novas relações entre quem produz e quem consome.

Ao corroborar essa reflexão, Bezerra (2010) cita que estabelecer a conexão produção-consumo de alimentos implica em trazer ao debate realidades distintas. É preciso reconhecer que se tem nesse cenário duas extremidades: 1) quem produz e 2) quem consome os alimentos, ambos sujeitos capazes de interferir em maior ou menor grau nas relações que se estabelecem. Ainda para a autora, no extremo *de quem produz* – nesse caso se faz referência à agricultura familiar e não ao seguimento responsável pelos *Impérios Alimentares*⁵ – considera-se

⁵ Uma alusão ao termo trabalhado por Ploeg (2008).

que, para além das hortas caseiras, quem produz tem que arcar com o desafio de transpor obstáculos impostos por diversos fatores, sejam estes geográficos, climáticos e sazonais ou, ainda, pela questões relacionadas à institucionalidade, que, em geral, mediante leis, normas e protocolos, define e determina a sua capacidade de produzir, disponibilizar e comercializar a sua produção.

No extremo de quem consome, em geral, esse “comedor” sofre influências de fatores e determinações socialmente impostas. Este se dirige ao mercado/feira (ou outro mecanismo de venda de alimentos) com um poder de compra determinado (e essa determinação foi/é imposta por um sistema maior que impera as chamadas recomendações alimentares e, ainda, o fator orçamento, que invariavelmente é o mais decisivo); observa-se também em alguma ordem a condição da preferência pelas “diversas” mercadorias. O destaque entre aspas da palavra diversa refere-se ao que se tem de diverso como disponibilidade de produtos que, ao considerar o atual modelo de produção e processamento de alimentos em larga escala (industrializado), constata-se uma homogeneidade de utilização da base alimentar (hoje reduzida a arroz, trigo, milho e soja), refletindo o quanto o modelo predatório da monocultura também repercute na monotonia alimentar, por mais variada que possa ser a sacola, cestinha e/ou o carrinho de compras desse consumidor. É importante relacionar como se constitui a racionalidade do indivíduo como consumidor de alimentos. A rigor existe um comportamento individual que decide por este ou aquele alimento, e que por sua vez é determinado pela reprodução de um discurso que prega a promoção da saúde e a prevenção de doenças, reduzindo às análises biologicistas o consumo de alimentos, desconsiderando os aspectos sociais, ambientais e culturais imbricados no ato de alimentar a si mesmo e aos outros (BEZERRA, 2010).

Esse crescente distanciamento entre o momento do consumo e a esfera da produção do alimento, característico do sistema alimentar engendrado nas sociedades capitalistas, liga-se à industrialização pela produção e oferta de produtos alimentícios (processados e ultraprocessados) por meio de redes interligadas nesse sistema e de estratégias mercadológicas para a massificação e homogeneização do gosto e do paladar (POULAIN, 2013; PLOEG, 2008).

Na lógica do alimento mercadoria que serve aos propósitos da acumulação do capital, criou-se uma estrutura cada vez mais complexa e concentradora que controla recursos e bens. A consolidação dessa cadeia industrial para a transformação e produção de itens para consumo alimentar envolveu uma modernização rápida no sistema de compras, a reestruturação do comércio varejista com a consolidação das redes de supermercados, estas interligadas às grandes empresas

transnacionais que dominam a produção de alimentos (MACHADO, OLIVEIRA e MENDES, 2016).

O artigo *Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano*, de Newton Narciso Gomes Junior, Henrique Salles Pinto e Luisa Corrêa Leda, examina diretamente essa evolução do mercado varejista e o sistema de abastecimento no Brasil sob a perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Ao analisar de forma articulada como esse processo de urbanização, reestruturação do mercado varejista e como esse sistema foi predominantemente firmado pelo autosserviço, sinalizam para os leitores e leitoras algumas evidências de como o modelo em questão de oferta e consumo de alimentos produz as formas contemporâneas de adoecer provocadas pela alimentação desregulada e desequilibrada. À perspectiva analítica do artigo soma-se um ponto de vista crítico e propositivo que enseja e argumenta pela composição de outro sistema de abastecimento alimentar urbano, com novos arranjos e usos dos equipamentos tradicionais de varejo de alimentos com vistas à comercialização adequada e justa de alimentos saudáveis.

O artigo de Adriella Camila G. Furtado da Silva, Monica de Caldas Rosa dos Anjos e Adilson dos Anjos *Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser*, revela o potencial que os quintais nos espaços urbanos oferecem em relação à segurança alimentar e nutricional tanto como espaço produtivo de alimentos quanto de saúde em sentido ampliado articulados ao lugar em que se vive. Nota-se pelas categorias de sentido encontradas nas falas das moradoras e moradores de áreas urbanas como aquilo que se produz nos quintais não são alimentos no sentido restrito de fonte de nutrição. Constituem, sobretudo, em espaços produtivos de bem-estar, sociabilidade, convivialidade e autonomia do sujeito, requisitos básicos e necessários para materializar a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional, ainda que não sejam esses os significados que tais sensações e sentimentos lhes são atribuídos no cotidiano. Desse modo, os quintais tornam-se uma alternativa viável para aumentar a diversidade alimentar com sistemas de cultivo variados, inclusive de plantas alimentícias não convencionais, nas adjacências das residências, interligando a produção ao consumo e uma nova relação com a natureza.

Também na perspectiva de avaliar as potencialidades sociais, econômicas e alimentares dos quintais, o artigo *Contribuições da produção de autoconsumo em quintais para a Segurança Alimentar e Nutricional e renda em Jangada, baixada Cuiabana, MT*, de Cleomara Nunes do Amaral, Gabriela Peixoto Coelho-de-Souza, Ilaine Schuch e Marcelino de Souza, apresenta

resultados e análises de pesquisa empírica de como esse espaço pode ganhar e agregar significados frente às suas múltiplas características: de atividade agrícola, de geração de renda, de resgate histórico e de fonte primária de alimentação. Evidenciam a partir de uma abordagem metodológica bem delineada os aspectos relacionados à alimentação – sobretudo na condição do acesso físico ao alimento – que fundamentam o componente "nutricional" do conceito de segurança alimentar e nutricional. A realidade da baixada Cuiabana concebe a tradição de ocupação do lugar. Nesta, permanecem as práticas dos cultivos de uma variedade alimentar que incide de forma significativa no estado nutricional das famílias que ali resistem.

Para fechar este dossiê temático, Freddy Delgado, Stephan Rist, Johanna Jacobi e Mayra Delgado, professores e pesquisadoras da Universidad Mayor de San Simón, Bolívia, e da Universidade de Berna, Suíça, nos conduzem a uma análise crítica dos paradigmas modernos que orientam o crescimento e o desenvolvimento e que estão profundamente ligados a uma crise alimentar planetária testemunhada pelos impactos ambientais devastadores, pelo desequilíbrio das relações com a natureza e suas consequências sociais, políticas e culturais. Com o artigo *Das nossas ciências ao diálogo intercientífico para a sustentabilidade alimentar e o desenvolvimento sustentável*, Delgado, Rist, Jacobi e Delgado examinam rigorosamente o papel da ciência ocidental praticada, desenvolvida e disseminada em nossas universidades que disjuntou e dicotomizou o homem da natureza, o racional do sentimental, o material do espiritual, tornando-se o modelo de racionalidade dominante na colonização, recolonização e neocolonização da América Latina.

Faz-se notar que é justamente esse sistema colonial que assujeitou os povos originários depreciando seus sistemas agroalimentares, seus saberes e visões de mundo e que somente um olhar crítico consegue perscrutar as causas da expropriação social, cultural e territorial sofrida pelos indígenas camponeses latino-americanos. Calcada sobre transações desproporcionais com colonizadores e neocolonizadores geram-se reiteradas desigualdades e se reproduzem relações de poder assimétricas, beneficiando constantemente apenas um dos lados em detrimento do outro (TILLY, 2006). Sobre o exercício dessa colonialidade, Quijano afirma que esse poder “implicou em destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão” (QUIJANO, 2009, p. 111). É nessa linha de pensamento que os autores e autoras recuperam não só o papel, mas igualmente o lugar de direito dos saberes ancestrais para a construção de novos marcos conceituais e modelos de desenvolvimento sustentável para a soberania e segurança alimentar e nutricional.

É interessante pontuar que, ainda que os conceitos de soberania e segurança alimentar sejam elaborações modernas, a agricultura como prática sociocultural remonta há cerca de 10.000 anos. Os autores e autoras destacam a diversidade e riqueza desses saberes ancestrais, especialmente relevante no caso da América Latina, que abriga uma variedade de biomas interconectados a grupos humanos culturalmente diversos. O texto traz uma luz para se compreender o papel das heranças socioculturais dos povos originários camponeses da América Latina acerca da alimentação como um processo transdisciplinar que envolve várias dimensões da existência e da vida na terra (GIORDANI, 2015, 2016), indiscutivelmente esta uma concepção hoje esgarçada no ocidente pela fragmentação e redução do e no pensamento e método científico.

Convém registrar, por fim, que na condição de organizadoras e organizador deste dossiê tivemos a oportunidade de conhecer distintas abordagens que versam sobre o tema, considerando, sobretudo, a capacidade problematizadora que este suscita. Obviamente que reconhecemos alguns limites de temas geradores que não foram contemplados e, por esse motivo, nos instiga a seguir adiante. No entanto, em que pese tais ausências, esperamos que os textos aqui apresentados sejam "chispas" capazes de disparar novas pesquisas e/ou aprofundamento teórico concebendo, assim, a continuidade nos "olhares e contextos" da construção da "Soberania alimentar, desenvolvimento territorial e sustentabilidade".

Nossas cordiais saudações.

Referências

AZEVEDO, E.; PELICIONE, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 03, p. 715- 729, 2011.

BEZERRA, I. **Nesta terra, em se plantando tudo dá?** Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. 2010. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BEZERRA, I. Agroecologia no prato, saúde no corpo (e no meio ambiente): a luta diária pela soberania alimentar. **Cartilha da 15ª Jornada de Agroecologia**. Cuidando da terra, cultivando a biodiversidade e colhendo soberania alimentar; terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos; por um projeto popular e soberano para a agricultura. Lapa/PR, , 2016.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 15, n. 20, jan./jun. 2012.

BRASIL. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de setembro de 2006.

BRUNEL, S. La nouvelle question alimentaire. **Hérodote**, v. 4, n. 131, p. 14-30, 2008.

CONDOMINAS, G. **L'espace social a propos de l'Asie du Sud-Est**. Paris: Flammarion, 1980.

COFF, C. **The taste for ethics: an ethic of food consumption**. New York: Springer, 2006.

DELGADO, G. D. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

DELGADO, G.D. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

GARINE, I. Culture et nutrition. **Communications**, v. 31, p. 70-91, 1979.

GIORDANI, R. C. F. Un ajuste de diferencias o sobre uma dietética nativa guarani. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (Sobal) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba; Ed. da UFPR, 2016.

GIORDANI, R. C. F. ¿Producción de alimento o cultivos de la vida? Observaciones sobre la acción y la contemplación guaraní en sus cultivos agrícolas. **Demetra: Food, Nutrition & Health / Alimentação, Nutrição & Saúde**, vol. 10, n. 3, p. 637-648, 2015.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JANIN, P. Crise alimentaire mondiale. Désordre et débats. **Hérodote**, v. 4, n. 131, 6-13, 2008.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). **Declaración Foro Internacional de Agroecología**. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2354-declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

LUQUE, E. La obesidad, más allá del consumidor: raíces estructurales de los entornos alimentarios. In: MÉNDEZ C. D.; BENITO C. G. (Coords.). Alimentación, consumo y salud. **Colección Estudios Sociales**, n. 24. Edición electrónica. Disponível em: <www.laCaixa.es/ObraSocial>.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F.; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercador. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 02, p. 505-515, 2016.

MINTZ, S. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 31-42, 2001.

PELICIONE, M. C. F. Promoção da saúde e meio ambiente: uma trajetória técnico-política. In: PHILIPPE JUNIOR, A.; PELICIONE, M. C. F. (Orgs.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POULAIN, P. **Sociologias da alimentação**: os comedores e o espaço social alimentar. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RADOMISKY, G. F. W.; LEAL O. F. Risco, sociedade e ambiente: o caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. **INTERthesis**, v. 8, n. 2, p. 335-356, jul./dez. 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 18, n. 2, p.47-63, 2006.

VALENTE, F. L. S. Do combate à fome à segurança alimentar e nutricional: o direito à alimentação adequada. In: VALENTE, F. L. S. **O direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

VIVAS, E. **O que é a soberania alimentar?** Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79361&langref=PT&cat=>>>. Acesso em: maio 2016.